

TERMO DE REFERÊNCIA
PARA O MANUAL DO MESÁRIO E GUIA RÁPIDO

1. Objeto

Serviço de impressão gráfica de manuais de instrução e guias rápidos para os mesários das eleições de 2020.

2. Características do Objeto:

ITEM 01 – CARTILHA: MANUAL DO MESÁRIO - ELEIÇÕES 2020

ESPECIFICAÇÕES

- Papel capa e miolo: AP 75g/m²
- Total de páginas: (capa e miolo): 28 (vinte e oito)
- Formato fechado: A4
- Formato aberto: A3
- Acabamento: canoa com dois grampos
- Padrão de cor: 2/2 (CMYK)
- **Quantidade: 22.650 Unidades**

ITEM 02 – GUIA RÁPIDO DO MESÁRIO - ELEIÇÕES 2020

ESPECIFICAÇÕES

- Papel: AP 75g/m²
- Total de páginas: 4 (quatro)
- Formato fechado: A4
- Formato aberto: A3 (com uma dobra)
- Padrão de cor: preto e branco
- **Quantidade: 40.360 Unidades**

3. Arte Final

a) A arte final dos impressos estará disponível à empresa contratada em arquivos no formato PDF (Adobe Acrobat), tanto para o miolo quanto para a capa, na página do TRE-ES, através do link para LICITAÇÕES.

b) Será de responsabilidade da contratada solucionar, nos arquivos magnéticos enviados, qualquer problema de software ou versão de software para assegurar a impressão dos manuais e capa com qualidade em seus equipamentos.

c) Deverá ser permitido ao representante do TRE o acompanhamento da produção no parque gráfico da contratada, de forma a assegurar o controle de qualidade do material impresso.

d) A contratada deverá apresentar provas dos trabalhos a serem impressos ao representante do TRE: * uma do miolo de cada impresso; * uma da capa de cada impresso.

e) As empresas licitantes poderão vistoriar e manusear protótipos de alguns dos manuais disponíveis no TRE, com a finalidade de facilitar e agilizar a cotação dos preços dos serviços demandados neste projeto básico.

4. Entrega

a) A empresa contratada entregará os impressos no endereço deste TRE (Av. João Batista Parra, 575, Praia do Suá, Vitória, ES, 29052-123) obedecidos os prazos do cronograma de execução (item 5).

b) Os impressos deverão ser embalados em caixas de papelão resistentes, com capacidade máxima de 30 (trinta) quilogramas, separadas internamente em 100 (cem) unidades.

c) O objeto que esteja em desacordo com as especificações contidas no instrumento convocatório deverá ser substituído no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE-ES.

d) Autorizada a contratação, a contratada deverá devolver o instrumento contratual devidamente assinado ou confirmar o recebimento da nota de empenho em até 03 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento do mesmo.

5. Cronograma de Execução

O TRE acompanhará todo o cronograma de execução previsto, na seguinte conformidade:

Atividade	Data
1) Assinatura do contrato/Recebimento da Nota de Empenho	Dia "D"
2) Entrega da arte final para gráfica	"D" + 5 dias úteis
3) Provas de impressão dos manuais	10 dias úteis após a entrega da arte final para gráfica
4) Prazo final para entrega dos manuais	15 dias após a aprovação da prova de impressão pelo TRE

6. Do Envio da Proposta

Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio está ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Termo de Referência, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos.

7. Penalidades

A contratada que descumprir as obrigações decorrentes do presente contrato ficará sujeita às seguintes sanções:

a) Pelo atraso injustificado na entrega ou substituição do objeto, a contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa diária correspondente a 1% (um por cento) incidente sobre o valor do objeto em atraso, até o 10º (décimo) dia de atraso, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento);

b) Pela inexecução total ou parcial, a contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa correspondente a 30% (trinta por cento) sobre o valor do objeto inexecutado;

c) Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a contratada estará sujeita à multa de 0,5% (meio por cento) por ocorrência, calculada sobre o valor total do contrato;

d) A recusa de manutenção da proposta ou descumprimento de prazo para a assinatura do instrumento contratual/retirada da nova de empenho sujeitará a contratada ao pagamento de multa correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta.

7.1 - O atraso superior a 10 (dez) dias na entrega ou na substituição caracterizará a inexecução total da obrigação, suscetível à punição conforme disposto na letra "b".

7.2 - Excepcionalmente, após esse prazo e desde que haja prévia e expressa autorização da Administração, o objeto poderá ser recebido no prazo suplementar, estipulado pelo fiscal do contrato, de até 15 (quinze) dias e desde que não haja prejuízo para a finalidade do objeto nas eleições de 2020, sujeitando-se a contratada à aplicação de multa diária correspondente a 1% (um por cento), incidente sobre o valor do objeto, até o 15º (décimo quinto) dia de atraso, podendo atingir o percentual de 15% (quinze por cento), cumulativo à multa prevista no item "a".

7.3 - A solicitação de adiamento do prazo para entrega ou substituição deverá ser sempre por escrito, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la.

7.4 - As penalidades acima não excluem as previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

7.5 - A aplicação das multas previstas não exime a contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

7.6 - Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à contratada ou cobrados judicialmente.

7.7 - As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF, em conformidade com as disposições contidas no art. 36, § 2º da Lei nº 8.666/93.

7.8 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

7.9 - A contagem do prazo estabelecido no item 7, letra "a", inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso na entrega e/ou na

substituição do objeto, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pela contratada, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do objeto.

7.10 - A contagem do prazo estabelecido no item 7.2 inicia-se a partir da data do recebimento, pela contratada, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE-ES.

8. Pagamento

8.1 A contratante pagará à Contratada o valor correspondente à contratação, mediante depósito bancário em sua conta-corrente, até o 5º dia útil subsequente à apresentação do documento fiscal, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fato impeditivo provocado pela contratada, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º, da Lei nº 8.666/93;

8.2 A contratada deverá, junto com a apresentação do documento fiscal, informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional. Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional;

8.3 A contratante confirmará se a contratada consta/permanece inscrita no Simples Nacional através de consulta ao portal do Simples Nacional para fins de cumprimento do disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 (alterada pela IN RFB 1.540/2015), sem prejuízo de a contratada informar imediatamente à contratante qualquer alteração de sua permanência no Simples Nacional. Caso não se confirme a permanência da contratada no Simples Nacional, esta ficará sujeita à retenção de impostos e contribuições, de acordo com a referida Instrução Normativa.

8.4 Comprovação da regularidade da contratada perante a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito - CND; Certidão de Quitação de Tributos Federais e Certidão de Dívida Ativa da União) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Certidão de Regularidade de Situação - CRS); CNDT - Certidão negativa de débitos trabalhistas.

9. Estimativa de Preços

O valor a ser despendido para a compra do material necessário ficará a cargo do Setor Competente.

Vitória, 15 de junho de 2020.